

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS**

**CORREGEDORIA GERAL**



**CARTILHA DE ORIENTAÇÃO**

**(AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO)**

**1ª Edição**

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta Cartilha foi elaborada no intuito de auxiliar os presidentes de Auto de Prisão em Flagrante Delito (APFD), apresentando lições acerca dos principais atos, evitando vícios que comprometam a forma e a legalidade do procedimento.

Para simplificar o entendimento e deixar a leitura menos cansativa, utilizaremos uma linguagem, sempre que possível, mais acessível, a fim de facilitar a compreensão dos dispositivos legais, já que a maioria dos presidentes não possui formação jurídica.

Vislumbrando facilitar o entendimento, o conteúdo constante nesta obra encontra-se detalhado para facilitar a compreensão do presidente, embora esta cartilha não tenha o propósito de afastar o fiel cumprimento do Código de Processo Penal Militar, servindo apenas para facilitar o desenvolvimento dos trabalhos, minimizando os erros e auxiliando a formação da opinião do Ministério Público quando do oferecimento da denúncia.

26 de fevereiro de 2014.

CEL BM **Antoney** Freitas dos Santos  
Corregedor Geral do CBMAL

## COMISSÃO ELABORADORA

CEL BM **ANTONEY** FREITAS DOS SANTOS

TC BM JOSE **ALBERTO** DOS SANTOS JUNIOR

CAP BM IVANILDO NASCIMENTO DE **MELO JÚNIOR**

CAP BM DILTON JOSÉ **GALVÃO** SANTANA

1º TEN BM JOANNA **SOFYA** MARQUES DA SILVA

2º TEN BM **JULIANA** LIMA CORREIA

SD BM ÁRISTON TENÓRIO DOS PASSOS **BRITO**

SD BM DJALMA **AMARAL** COSTA FILHO

SD BM **LUCIANE** MELO MESSIAS LIMEIRA

## SUMÁRIO

1. DEFINIÇÃO DE AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO.....	5
2. INSTAURAÇÃO, FORMALIDADES E ENCERRAMENTO DO APFD .....	6
3. PRAZO PARA TERMINAÇÃO DO APFD .....	7
4. DO PRESIDENTE DO APFD.....	7
5. CAPA/AUTUAÇÃO .....	10
6. TERMO DE ABERTURA.....	12
7. ESCRIVÃO DO APFD.....	14
8. TERMO DE COMPROMISSO DO ESCRIVÃO .....	17
9. DESPACHO DO PRESIDENTE .....	19
10. TERMO DE RECEBIMENTO.....	21
11. CERTIDÃO .....	23
12. JUNTADA .....	25
13. CONCLUSÃO .....	27
14. DAS INQUIRIÇÕES .....	29
15. DA INQUIRIÇÃO DO CONDUZIDO .....	40
16. NOTA DE CULPA .....	44
17. NOTA DE GARANTIA.....	46
18. LAVRATURA DO AUTO .....	48
19. PERÍCIA .....	50
20. COMUNICAÇÕES .....	57
21. RELATÓRIO DO PRESIDENTE .....	66
22. TERMO DE ENCERRAMENTO .....	69
23. OFÍCIO DE REMESSA .....	71
O APFD E O PAPEL DA CORREGEDORIA .....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74

## 1. DEFINIÇÃO DE AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO

- O termo flagrante provém do latim "**flagrare**" (queimar) e **flagrans**, **flagrantes** (ardente e brilhante), que no léxico significa acalorado, ou evidente, ou notório, ou visível, ou manifesto. É o crime que ainda queima, isto é, que está sendo cometido ou acabou de sê-lo. Desta forma, em sentido figurado, flagrante é uma qualidade do delito, é o delito que está sendo cometido, praticado, é o ilícito patente, irrecusável, que permite a prisão do seu autor, sem mandado, por ser considerado como a "certeza visual do crime".
- Prisão em flagrante delito é, assim, a prisão daquele que é surpreendido no instante mesmo da consumação da infração penal.
- O Auto de Prisão em Flagrante Delito (APFD) é o instrumento legal utilizado pela autoridade competente, descrevendo as circunstâncias em que o conduzido foi preso em flagrante, demonstrando que o conduzido foi legalmente preso ao ser encontrado em uma das situações legais de flagrante.
- O APFD visa registrar as provas da ocorrência de um crime (materialidade) e da prisão da pessoa a que se reputa, pelas circunstâncias, ter sido o autor do crime (autoria).
- A prisão em flagrante é um ato administrativo, ou seja, uma medida cautelar de natureza processual que dispensa ordem escrita e é prevista expressamente no art. 5º, LXI da CF/88.
- Segundo o art. 244 do CPPM, considera-se em flagrante delito aquele que:
  - a) está cometendo o crime;
  - b) acaba de cometê-lo;
  - c) é perseguido logo após o fato delituoso em situação que faça acreditar ser ele o seu autor;
  - d) é encontrado, logo depois, com instrumentos, objetos, material ou papéis que façam presumir a sua participação no fato delituoso.
- De acordo com o art. 243 do CPPM, qualquer pessoa poderá e os militares deverão prender quem for insubmisso ou desertor, ou seja, encontrado em flagrante delito.
- Ademais, corrobora tal entendimento o conteúdo do art. 5º, inciso LXI da CF/88, em que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

## 2. INSTAURAÇÃO E FORMALIDADES DO APFD

- A Portaria expedida pelo Presidente do Flagrante, quando da lavratura do Auto de Prisão em Flagrante conterá:
  - a) Dia, hora e local da apresentação do condutor, do conduzido e das testemunhas;
  - b) Relato sucinto do delito cometido;
  - c) A apresentação do conduzido deverá ser feita ao Comandante da OBM ou ao oficial de dia ou ao militar que for designado pelo Comandante, o qual será, também, o Presidente do Flagrante;
  - d) Sendo designado o Presidente do Flagrante pelo Comandante, tal fato deverá estar registrado na Portaria, bem assim, deverá constar do APFD documento do Comandante delegando as atribuições do poder de polícia judiciária militar;
  - e) Em se tratando de menor inimputável, criança ou adolescente, será ele, imediatamente, apresentado ao Juiz de Menores da localidade onde ocorreu o fato. Não será lavrado APFD, mas Auto de Apreensão de Adolescente, seguindo-se o modelo do APFD, mas não se fazendo menção a crime, mas sim a ato infracional, nem a prisão ou conduzido, mas a apreensão e apreendido.
- A portaria instauradora do APFD deverá ser o documento elaborado pelo presidente do APFD com a descrição do condutor, do acusado e das testemunhas.
- Todas as peças serão reunidas no processo, obedecendo à ordem cronológica de sua elaboração, devendo ser digitada em espaço dois, numerando e apondo a sua rubrica em todas as folhas.
- As folhas deverão ser numeradas e rubricadas pelo escrivão no seu canto superior direito.
- Em cada lauda também deverá constar o "em branco" ou "risquei" no verso, quando este não for utilizado.
- A numeração do APFD começará a partir do termo de abertura que receberá o numero 02 e terminará no termo de encerramento.

### 3. PRAZO PARA TERMINAÇÃO DO APFD

- O APFD deve ser remetido, imediatamente, à Auditoria Militar. No entanto, quando houver a necessidade de exames e de perícias para a sua elucidação, ou seja, nos crimes que deixam vestígios, pode o referido processo ser remetido no prazo máximo de cinco dias corridos e improrrogáveis.
- De acordo com o art. 251 do CPPM, o auto de prisão em flagrante deve ser remetido imediatamente ao juiz competente, se não tiver sido lavrado por autoridade judiciária; e, no máximo, dentro de 5 (cinco) dias, se depender de diligência prevista no art. 246 do CPPM.
- A contagem do prazo tem início no dia em que for realizada a prisão do infrator, independente de ocorrer dentro ou fora do horário de expediente.
- Desta forma, tão logo o Comandante receba os autos, deverá enviar esforços para que a sua remessa ocorra dentro dos prazos previstos, não fazendo nenhum juízo de valor acerca do mesmo.

### 4. DO PRESIDENTE DO APFD

- A autoridade que presidir o APFD deverá estar atenta para os dispositivos legais que disciplinam a Prisão em Flagrante, contidos nos art. 243 e seguintes do Código de Processo Penal Militar (CPPM), porque sua inobservância implica no relaxamento da prisão pela autoridade judicial.
- O APFD só poderá ser presidido por oficial da ativa que será denominado de presidente.
- A presidência dos trabalhos recairá sobre oficial de posto superior ao do acusado. Na impossibilidade, sobre oficial de posto igual ao do acusado, porém de maior antiguidade ou precedência.
- O presidente exerce suas atividades com independência, imparcialidade e, quando necessário, com sigilo para elucidação do fato.
- A falta de testemunhas não impede a lavratura do APFD, mas neste caso deve haver, pelo menos, duas testemunhas da apresentação do conduzido a autoridade (testemunhas instrumentárias ou fedatárias), conforme § 3º do art. 304 do CPP. Não obstante, a autoridade também poderá promover diligências no sentido de localizar e identificar testemunhas que saibam ou tenham assistido ao fato delituoso, a fim de serem ouvidas no Auto de Flagrante.

- Quando a pessoa conduzida se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o APFD deverá ser assinado por duas testemunhas, que lhe tenham ouvido a leitura na presença do indiciado, do condutor e das testemunhas do fato delituoso.
- O presidente do APFD deverá comunicar a prisão em flagrante as seguintes autoridades: à Auditoria Militar, ao Ministério Público e a Defensoria Pública, neste caso, se o conduzido não declinar o nome do Advogado.
- Todas as comunicações deverão ser realizadas no prazo de 24 horas;
- A autoridade competente para a lavratura do APFD será a do local em que se der a captura do militar.
- Quando a prisão em flagrante for efetuada em lugar não sujeito à administração militar, o APFD poderá ser lavrado por autoridade civil, ou pela autoridade militar do lugar mais próximo daquele em que ocorrer a prisão, nos termos do art. 250 do CPPM.
- Quando o fato for praticado em presença da autoridade, ou contra ela, no exercício de suas funções, deverá ela própria prender e autuar em flagrante o infrator, mencionando a circunstância, conforme art. 249 do CPPM.
- De acordo com o art. 246 do CPPM, se das respostas resultarem fundadas suspeitas contra a pessoa conduzida, a autoridade mandará recolhê-la à prisão, procedendo-se, imediatamente, se for o caso, a exame de corpo de delito, à busca e apreensão dos instrumentos do crime e a qualquer outra diligência necessária ao seu esclarecimento.
- O condutor poderá ser considerado como testemunha, desde que tenha presenciado o crime.
- O conduzido deverá receber a nota de culpa no prazo de 24 horas.
- Durante a lavratura do APFD não é obrigatória a presença de advogado.
- Não poderá fazer parte do APFD o presidente que se enquadrar nas seguintes condições:

a) Oficial mais moderno que o acusado;

b) Oficial que formulou a acusação na qual se fundou a instauração do APFD;

c) Inimigo ou amigo íntimo da vítima ou do conduzido;

Cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do acusador, do presidente ou da vítima;

d) Oficial cujos antecedentes não o recomende para o feito.





Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO**

**PORTARIA Nº/ - OBM**

A numeração deve seguir a sequência anual das portarias de cada unidade.

**NOMEAÇÃO OU DESIGNAÇÃO DE OFICIAL**

1) Vindo à minha presença, às \_\_\_\_\_ horas, no Quartel ou Posto do (unidade), na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de Alagoas, o (nome, posto/graduação, classificado na (OBM), residente(residência de quem realizou a prisão), que disse ter dado voz de prisão ao (nome completo, graduação, pertencente ao grupamento) residente (endereço), por ter cometido o delito contra (nome, graduação ou posto, função etc.), ou o que for (desacato, embriaguez, dormir em serviço, furto, lesão corporal, etc.), fazendo-se acompanhar das testemunhas \_\_\_\_\_ (identificação das testemunhas: nome, filiação, endereço, etc.), determinei que fosse lavrado em desfavor do militar conduzido, o competente AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO.

2) Após as inquirições das partes envolvidas infere-se a existência de indícios que, em tese, apontam à ocorrência de crime militar em estado de flagrância, razão pela qual DECIDO lavrar Auto de Prisão em Flagrante Delito.

3) Outrossim, com base no § 4º do art.245 do CPPM, designo o (nome, posto ou graduação, classificado na (OBM) para exercer as funções de Escrivão *ad-hoc*, procedendo a lavratura do respectivo auto.

Maceió-AL, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do presidente  
Presidente

## 5. CAPA/AUTUAÇÃO

- Autuação consiste em reunir todas as peças e os documentos recebidos inicialmente em forma de processo.
- No documento de AUTUAÇÃO que também será a CAPA do APFD, deverá constar:
  - a) A numeração do APFD deverá seguir a sequência dos procedimentos da unidade originária;
  - b) A indicação do presidente, do(s) conduzido(s), do condutor, do ofendido(s) (caso exista) e do escrivão;
  - c) A descrição do objeto de apuração de forma sucinta;
  - d) As datas referentes ao início e ao término dos trabalhos de apuração;
  - e) O texto da autuação do processo, especificando a data de início, a cidade, o estado, o local, a numeração, bem como a assinatura do presidente.
- A folha da autuação (capa) do APFD deverá ser contada, porém não recebe numeração.



ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

Embora a autuação seja contada, não deve ser colocada a numeração nesta página.

**MODELO DE CAPA/AUTUAÇÃO**

**AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO Nº ...../2014- OBM**

A numeração deve seguir a sequência dos procedimentos de cada unidade.

PRESIDENTE: (posto e nome);

CONDUTOR: (posto/graduação e nome);

ESCRIVÃO: (posto/graduação e nome);

CONDUZIDO (s): (posto/graduação e nome);

VITIMA(S):

TIPIFICAÇÃO:

**AUTUAÇÃO**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, nesta cidade de \_\_\_\_\_, Estado de Alagoas, no Quartel do (OBM onde funciona o APFD), autuo as peças do presente Auto de Prisão em Flagrante Delito e demais documentos que me foram entregues e a este processo junto, do que, para constar, lavro o presente termo.

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do presidente  
Presidente

## 6. TERMO DE ABERTURA

- Através deste ato o presidente certifica o início dos trabalhos de apuração, mediante a lavratura do termo.
- Deve seguir imediatamente à folha de autuação.
- A folha do termo de abertura, iniciando o trabalho de numeração, receberá o número 02 (dois), no canto superior direito.
- No termo de abertura deve constar: a data, a cidade, o estado, o local e a numeração da portaria de designação do presidente.
- Assinatura do presidente.



ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE TERMO DE ABERTURA**

Fl.:  
Visto:

A numeração das  
páginas inicia-se aqui,  
a partir do N°. "02"

**TERMO DE ABERTURA**

A lavratura do termo certifica o  
início dos trabalhos de apuração.  
Deve seguir imediatamente à  
folha de autuação.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, nesta cidade de \_\_\_\_\_ (Maceió, Arapiraca, etc.), no Quartel do \_\_\_\_\_ em conformidade ao determinado na Portaria nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_, dou por abertos (ou faço a abertura) os trabalhos atinentes ao presente AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. Do que, para constar, lavro o presente termo.

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do presidente  
Presidente

## 7. ESCRIVÃO DO APFD

- A designação de escrivão para o APFD caberá ao respectivo presidente, mediante portaria, recaiando em segundo ou primeiro tenente se o conduzido for oficial, e em subtenente ou sargento nos demais casos, conforme art. 245, § 4º do CPPM.
- Não poderá fazer parte do APFD o escrivão que se enquadrar nas seguintes condições:
  - a) Escrivão que formulou a acusação na qual se fundou o APFD;
  - b) Inimigo ou amigo íntimo da vítima ou do conduzido;
  - c) Cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do acusador, do presidente ou da vítima;
  - d) O escrivão cujos antecedentes não o recomende para o feito.
- Na falta ou impedimento de escrivão, a autoridade designará, para lavrar o auto, qualquer pessoa idônea, que, para esse fim, prestará o compromisso legal, conforme art. 245, § 5º do CPPM.
- O escrivão prestará compromisso para desempenhar suas funções e de cumprir fielmente as determinações pertinentes ao exercício da função.



Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE ESCRIVÃO**

**PORTARIA Nº / - APFD**

**DESIGNAÇÃO DE ESCRIVÃO**

O \_\_\_\_ (posto, matrícula e nome do presidente)\_\_\_\_, resolve designar o  
(posto/graduação – nome)\_\_\_\_, para na função de escrivão do AUTO DE  
PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO do qual é presidente, instaurada mediante  
Portaria nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_, datada de \_\_\_\_\_.

Quartel em \_\_\_\_\_-AL, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do Presidente  
Presidente



ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE OFÍCIO DE SUBSTITUIÇÃO DE ESCRIVÃO**

Ofício nº \_\_\_\_/XX-APFD

Local e data \_\_\_\_\_

Ao Sr.

**Nome do Presidente do APFD – Posto**

Presidente do APFD

Assunto: Substituição de Escrivão.

Nesta,

1. Venho por meio deste, solicitar a V. S.<sup>a</sup> a substituição deste Escrivão no prosseguimento do APFD instaurado pela portaria nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ - OBM, tendo em vista que no transcorrer da apuração, de acordo com o documento de fls. \_\_\_\_, que \_\_\_\_ (declinar o motivo) \_\_\_\_, restando impedido de prosseguir como escrivão deste procedimento.

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do Escrivão  
Escrivão



## 8. TERMO DE COMPROMISSO DO ESCRIVÃO

- Após a designação, o escrivão prestará compromisso de manter o sigilo do APFD e de cumprir fielmente as determinações pertinentes ao exercício da função.
- O compromisso do escrivão deverá ser lavrado mediante respectivo termo, constando sua assinatura e a do presidente.



Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO

**TERMO DE COMPROMISSO**

O termo de compromisso deve ser prestado pelo escrivão e é uma declaração que objetiva assegurar a legalidade do APFD.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, nesta cidade de \_\_\_\_\_, no Quartel do \_\_\_\_\_, onde presentes se encontravam o \_\_\_\_\_, Presidente do Flagrante, eu, \_\_\_\_\_ (Posto/graduação e nome) \_\_\_\_\_ designado **Escrivão Ad-Hoc** do APFD, prestou, perante este Presidente, o compromisso de bem fielmente cumprir as determinações legais e manter sigilo do flagrante delito, durante o exercício da função.

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do presidente  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto/Graduação do escrivão  
Escrivão

## 9. DESPACHO DO PRESIDENTE

- É ato formal pelo qual o presidente dá andamento ao APFD, exarando ordens específicas ao escrivão para a elaboração de quaisquer documentos (intimações, notificações, requisições, etc.) ou diligências que considerar necessárias;
- No despacho o presidente deverá descrever por escrito ao escrivão e de forma objetiva as providências que desejar realizar, especificando-as, sempre que possível, item por item;
- O despacho é variável, dependendo das providências necessárias à elucidação da infração penal, da estrita atribuição do Presidente do APFD, contendo determinações, recomendações, instruções, ordens, etc;
- Tudo que constar dos autos do Flagrante precede de despacho do seu Presidente no próprio documento, ou inserindo nos depoimentos, ou por termo nos autos.



Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE DESPACHO**

**DESPACHO N. -APFD**

Os despachos devem ser executados pelo escrivão conforme as orientações descritas pelo encarregado e objetivam dar andamento às diligências procedimentais.

1. Expeça-se ao conduzido a competente Nota de Culpa, fornecendo mediante recibo, no prazo legal de 24 (vinte e quatro) horas;
  2. Dê-se ao conduzido, ciência das garantias que lhe assegura a CF/88;
  3. Oficie-se ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Auditor da AJME, informando-o sobre a prisão em flagrante delito do acusado, por crime militar, e que o mesmo encontra-se à sua disposição                      (local)                     ;
  4. Oficie-se ao Promotor da AJME, informando-o sobre a prisão em flagrante delito do acusado, por crime militar e que o mesmo encontra-se à disposição da AJME,                      (local)                     ;
  5. Oficie-se a quem o conduzido desejar informar de sua prisão, e o local onde o mesmo encontra-se recolhido;
  6. Oficie-se ao Sr. Comandante do                      (unidade)                     , informando os fatos e que o militar ficará recolhido à disposição do Exmo. Sr. Juiz Auditor Militar do Estado, por haver cometido, em tese, crime militar;
  7. Oficie-se o Comandante do                      (unidade)                     , solicitando a ficha disciplinar do acusado;
  8. Oficie-se o Corregedor Geral, informando-o sobre a prisão em flagrante delito do militar, por haver cometido, em tese, crime militar; encontrando-se à disposição da AJME, no                      (local)                     ;
  9. Oficie-se o Chefe da Defensoria Pública informando-o sobre a prisão em flagrante delito do acusado, por haver cometido, em tese, crime militar; encontrando-se à disposição da AJME, no                      (local)                     ;
  10. Oficie-se o Sr. Diretor do Instituto Médico Legal informando-o sobre a prisão em flagrante delito do acusado, por haver cometido, em tese, crime militar; devendo o mesmo realizar o Exame de Corpo de Delito;
  11. Oficie-se ao Sr. Diretor do Instituto Médico Legal encaminhando a vítima a fim de ser submetida a exame de corpo delito;
- Providencie o Sr. Escrivão.

Quartel em                      /                      /                     , em                      /                      /                     .

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do presidente  
Presidente

## 10. TERMO DE RECEBIMENTO

- Para cada despacho exarado, o escrivão atestará o recebimento dos autos das mãos do presidente para o seu cumprimento, ato que será procedido mediante a lavratura de um respectivo termo de recebimento, datado e assinado pelo próprio escrivão.



Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE RECEBIMENTO DE AUTOS**

**RECEBIMENTO**

Para cada despacho exarado pelo encarregado, o escrivão atestará o recebimento dos autos das mãos do encarregado para o seu cumprimento.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano \_\_\_\_\_, nesta cidade de \_\_\_\_\_, no Quartel do \_\_\_\_\_ recebi do \_\_\_\_\_ (nome, Posto) \_\_\_\_\_, presidente do APFD, os autos, do que para constar, lavrei o presente termo. Eu, \_\_\_\_\_ (nome, Posto ou Graduação) \_\_\_\_\_, servindo de escrivão que digitei e assino.

\_\_\_\_\_  
Nome completo-posto/graduação  
Escrivão

## 11. CERTIDÃO

- Após o cumprimento das providências solicitadas no despacho, o escrivão o certificará mediante termo próprio, por ele datado e assinado.
- Na impossibilidade do cumprimento integral do despacho, o escrivão no ato de certidão deverá indicar a(s) diligência(s) que não foi feita, bem como expor os motivos que impossibilitaram sua realização.
- Elaborada a certidão, seguem-se os documentos produzidos pelo escrivão com o objetivo de cumprir o despacho anterior, os quais por serem atos de autoria do presidente ou escrivão já integram naturalmente o APFD, ou seja, não necessitam de juntada para compor o processo.



Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

MODELO DE CERTIDÃO

Em caso de não ser possível o cumprimento integral do despacho, o escrivão deve indicar as diligências realizadas e os motivos que impossibilitaram a realização das demais.

**CERTIDÃO**

Certifica que foram cumpridas as diligências determinadas no despacho.

Certifico que **cumpri o determinado no despacho** do Presidente do APFD, fls \_\_\_\_\_, de que, para constar, lavrei o presente termo, que dato e assino.

Quartel em \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome completo - posto/graduação  
Escrivão



## 12. JUNTADA

- À medida que os documentos forem sendo recebidos para compor o APFD, deverão ser acostados aos autos mediante respectivo termo de juntada, datado e assinado pelo escrivão, observando sempre a cronologia do recebimento. Portanto, provavelmente existirão vários termos de juntada.
- Os documentos produzidos pelo presidente ou escrivão no APFD não necessitam ingressar no processo através de termo de juntada.



Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE JUNTADA**

**JUNTADA**

Documentos recebidos no andamento do processo são acostados aos autos mediante Termo de Juntada.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_ nesta cidade de \_\_\_\_\_ no Quartel do \_\_\_\_\_, faço juntada a estes autos dos documentos que se seguem: **(descrever quais os documentos)** para constar, lavrei o presente termo. Eu (rubrica), (nome, posto ou graduação), servindo de Escrivão.

Quartel em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome completo - posto/graduação  
Escrivão

### 13. CONCLUSÃO

- Concluídas as providências solicitadas no despacho e não havendo mais documentos a serem recebidos, o escrivão devolverá conclusos os autos do APFD ao presidente mediante a lavratura da conclusão em termo próprio, datado e assinado pelo mesmo.



Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE CONCLUSÃO DE AUTOS**

**CONCLUSÃO**

Após realizar as diligências necessárias, o escrivão devolve os autos para o encarregado por meio deste termo.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, nesta cidade de \_\_\_\_\_, no Quartel do \_\_\_\_\_, faço conclusos os presentes autos ao Sr. (Posto e nome), presidente do APFD, do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, (posto ou graduação e nome), servindo de Escrivão o digitei e o assino.

Quartel em \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome completo-posto/graduação  
Escrivão

## 14. DAS INQUIRIÇÕES

- Qualquer pessoa poderá ser testemunha;
- Não há impedimento ao presidente em inquirir superior hierárquico, desde que seja na condição de testemunha;
- O presidente, quando entender necessário, poderá ouvir outras testemunhas, além das que deram origem ao APFD;
- A testemunha não será inquirida por mais de quatro horas consecutivas, sendo-lhe facultado o descanso de meia hora, sempre que tiver de prestar declarações além daquele termo.
- As testemunhas serão inquiridas uma de cada vez, de modo que uma não possa ouvir o depoimento da outra;
- Sempre que possível, para cada inquirição o presidente deverá arrolar 02 (duas) testemunhas instrumentais, pessoas que servirão de prova posterior sobre a legalidade do ato;
- As testemunhas serão apresentadas independentemente de intimação;
- A testemunha, antes de começar seu depoimento, deverá prestar o compromisso de falar a verdade, devendo também ser advertida pelo presidente das implicações penais envolvendo o feito;
- Serão inquiridas nos locais onde estiverem as pessoas impossibilitadas por enfermidades ou por velhice;
- São proibidas de depor as pessoas que, em razão da função, ministérios, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho: Ex.: Sacerdotes, médicos e advogados;
- Poderão eximir-se de depor o ascendente, o descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, e o irmão do acusado, bem como pessoa que, com ele, tenha vínculo de adoção, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias;
- Não se deferirá o compromisso aos doentes e deficientes mentais, aos menores de quatorze anos, nem às pessoas referidas no tópico anterior;
- O presidente registrará no termo a presença das pessoas que participarão da inquirição, inclusive do defensor;
- Antes de iniciar a inquirição, a testemunha deve declarar seu nome, idade, estado civil, residência, profissão e lugar onde exerce atividade e prestará o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado;

- Após o dizer "AOS COSTUMES", a testemunha deve declarar se é parente, e em que grau, do acusado ou do ofendido, ou quais as suas relações com qualquer um deles;
- A testemunha deverá relatar o que sabe ou tem razão de saber a respeito dos fatos que deram origem ao APFD e as circunstâncias que com o mesmo tenham pertinência, não podendo limitar o seu depoimento a simples declaração de que confirma o que prestou por termo de declaração ou qualquer outro expediente anterior;
- O termo de inquirição, ao final, após ser redigido e lido pelo escrivão, deverá ser assinado e rubricado por todos que participaram da audiência;
- Estão isentos do compromisso de dizer a verdade os menores de quatorze anos, os doentes ou deficientes mentais, os ascendentes, descendentes, sogro, sogra, genro, nora, cônjuge, irmão ou pessoa que tenha vínculo de adoção com o conduzido, os quais poderão ser ouvidos como testemunhas desde que observado o disposto no art. 354 do CPPM;
- O compromisso legal de dizer a verdade deverá ser prestado pelo condutor, testemunhas, peritos, intérpretes e outros que não tenham o impedimento previsto em Lei. Os menores de 21 anos não podem ser peritos ou intérpretes, pois se trata de uma exigência legal, não tendo qualquer vinculação com a capacidade civil.



ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

MODELO DE TERMO DE INQUIRIÇÃO DO CONDUTOR

**TERMO DE INQUIRIÇÃO DO CONDUTOR**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_ horas, nesta cidade de \_\_\_\_\_/AL, no Quartel do \_\_\_\_ (unidade onde se realiza a APFD) \_\_\_\_\_, onde presentes se achavam \_\_\_\_ (nome, posto e função ou autoridade militar a quem for apresentado o conduzido) \_\_\_\_\_, comigo o escrivão ad hoc; passei a qualificar a pessoa do **CONDUTOR** na forma que adiante se segue: \_\_\_\_ (nome) \_\_\_\_\_, natural de \_\_\_\_ (Município e Estado) \_\_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_\_, filho de \_\_\_\_ (nome do pai e da mãe) \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ (número da cédula e o órgão expedidor) \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_\_ (data de nascimento) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ (profissão) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ (Grau de instrução) \_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_ (endereço) \_\_\_\_\_. Aos costumes disse: \_\_\_\_ (descrever); e após prestar o compromisso de dizer a verdade sobre o que fatos e advertido das penas cominadas ao falso testemunho, nos termos dos artigos 343 a 346 do CPM e do disposto no artigo 296, §2 do CPPM, prometeu dizer a verdade do que sabe e o que for perguntado. Inquirido a respeito dos fatos que deram origem ao presente termo RELATOU QUE: \_\_\_\_ (descrever) \_\_\_\_\_. Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado pela autoridade, condutor e por mim, \_\_\_\_ (rubrica), (nome, Posto ou Graduação) \_\_\_\_\_ escrivão, que o digitei.

\_\_\_\_\_  
Nome completo– Posto do presidente  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Nome completo– Posto/graduação  
Condutor

---

Nome completo - Identificação  
Defensor

---

Nome completo-Posto/graduação  
Escrivão





ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Fl.:  
Visto:

**MODELO DE RECIBO DE ENTREGA DE CONDUZIDO (ART. 304, CPP)**

**RECIBO DE ENTREGA DE CONDUZIDO**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_ horas, nesta cidade de \_\_\_\_\_/AL, no Quartel do \_\_\_\_\_ (unidade onde se realiza a APFD), onde presentes se achavam (nome, posto e função ou autoridade militar a quem for apresentado o conduzido), comigo o escrivão ad hoc, compareceu o CONDUTOR, (nome), natural de (Município e Estado), (estado civil), filho de (nome do pai e da mãe), portador do RG nº (número da cédula e o órgão expedidor), e CPF nº \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_\_\_ (data de nascimento), (profissão), (Grau de instrução), residente (endereço), conduzindo o (nome, posto/graduação do militar conduzido), por infração, em tese, ao artigo (artigo, parágrafo, inciso, alínea, lei, código etc.), haja vista ter sido este surpreendido logo após ter (sintética descrição da conduta do conduzido), na (endereço do local do crime), do que foram testemunhas (nome das testemunhas). Inquiridas as partes e formado seu convencimento jurídico, deliberou o presidente por ratificar a voz de prisão dada pelo condutor e, assim, expedir em favor deste o presente “recibo de entrega do conduzido” que assina com o condutor e comigo, escrivão, que o digitei e imprimi.

\_\_\_\_\_  
Nome completo– Posto do presidente  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Nome completo– Posto/graduação  
Condutor

\_\_\_\_\_  
Nome completo-Posto/graduação  
Escrivão



ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

MODELO DE TERMOD DE INQUIRIRÃO DO OFENDIDO

**TERMO DE INQUIRIRÃO DO OFENDIDO**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_, às \_\_\_\_ horas, nesta cidade de \_\_\_\_\_-AL, no Quartel do \_\_\_\_\_ (unidade onde se realiza a APF) \_\_\_\_\_, onde presentes se achavam \_\_\_\_\_ (posto/graduação, nome, e função ou autoridade militar a quem for apresentado o conduzido) \_\_\_\_\_, comigo o escrivão *ad hoc*; passei a qualificar a pessoa do **OFENDIDO** na forma que adiante se segue: \_\_\_\_\_ (nome) \_\_\_\_\_, natural de \_\_\_\_\_ (Município e Estado) \_\_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_\_, filho de \_\_\_\_\_ (nome do pai e da mãe) \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ (número da cédula e o órgão expedidor) \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_\_\_ (data de nascimento) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (profissão) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (Grau de instrução) \_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_ (endereço) \_\_\_\_\_. **Aos costumes disse:** \_\_\_\_\_ (descrever) \_\_\_\_\_; e após dito ao depoente que ele não estava obrigado a responder perguntas que pudessem lhe incriminar nem aquelas estranhas ao autos, devendo, entretanto atentar para o crime de falsa acusação, injúria, calúnia ou difamação previstos na legislação penal. Inquirido a respeito dos fatos que deram origem ao presente termo **RELATOU QUE:** \_\_\_\_\_ (descrever) \_\_\_\_\_. Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado pela autoridade, ofendido e por mim, \_\_\_\_\_ (rubrica), (nome, Posto ou Graduação) \_\_\_\_\_ escrivão, que o digitei.

\_\_\_\_\_  
Nome completo– Posto do presidente  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Nome completo– Posto/graduação  
Ofendido

---

Nome completo - Identificação  
Defensor

---

Nome completo-Posto/graduação  
Escrivão



Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

MODELO DE TERMO DE INQUIRIRÃO DE TESTEMUNHA

**TERMO DE INQUIRIRÃO DA PRIMEIRA TESTEMUNHA**

A testemunha deve  
prestar  
compromisso de  
dizer a verdade.

Aos \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias do mês de \_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_  
(\_\_\_\_), às \_\_\_\_ horas, nesta cidade de \_\_\_\_-AL, no Quartel do  
\_\_\_\_(unidade onde se realiza o APFD) \_\_\_\_, presentes se achavam  
\_\_\_\_(posto/graduação, nome, e função ou autoridade militar a quem for  
apresentado o conduzido)\_\_\_\_, comigo o escrivão *ad hoc*; passei a qualificar a  
pessoa da **PRIMEIRA TESTEMUNHA** na forma que adiante se segue:\_\_\_\_  
(nome) \_\_\_\_, natural de \_\_\_\_ (Município e Estado), (estado civil) \_\_\_\_, filho de  
\_\_\_\_ (nome do pai e da mãe)\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_ (número da  
cédula e o órgão expedidor) \_\_\_\_, e CPF nº\_\_\_\_, nascido  
em\_\_\_\_(data de nascimento)\_\_\_\_, \_\_\_\_ (profissão) \_\_\_\_, \_\_\_\_ (Grau de  
instrução)\_\_\_\_, residente \_\_\_\_ (endereço) \_\_\_\_\_. **Aos costumes disse:**  
(NADA ou descrever se possui algum grau de parentesco com o acusado); e  
após prestar o **compromisso de dizer a verdade** sobre o que fatos e  
advertido das penas cominadas ao falso testemunho, nos termos dos artigos  
343 a 346 do CPM e do disposto no artigo 296, §2 do CPPM, prometeu dizer a  
verdade do que sabe e o que for perguntado. Inquirido a respeito dos fatos que  
deram origem ao presente termo **RELATOU QUE:** (descrever as perguntas e  
respostas, visando elucidar os fatos constantes nos documentos que deram  
origem ao APFD). E, como nada mais disse, nem lhe foi perguntado, deu-se por  
encerrado o presente depoimento, às \_\_\_\_ horas. Lido e achado  
conforme, vai devidamente assinado pelo Presidente, pela 1ª testemunha e por  
mim, \_\_\_\_ (rubrica), (nome, Posto ou Graduação)\_\_\_\_ escrivão, que o digitei.

---

Nome completo– Posto do presidente  
Presidente

---

Nome completo - Identificação  
Testemunha

---

Nome completo-Posto/graduação  
Escrivão



Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

MODELO DE TERMO DE INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHA

**TERMO DE INQUIRIÇÃO DA SEGUNDA TESTEMUNHA**

A testemunha deve  
prestar  
compromisso de  
dizer a verdade.

Aos \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias do mês de \_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_ (\_\_\_\_), às \_\_\_\_ horas, nesta cidade de \_\_\_\_-AL, no Quartel do \_\_\_\_ (unidade onde se realiza o APFD) \_\_\_\_, presentes se achavam \_\_\_\_ (posto/graduação, nome, e função ou autoridade militar a quem for apresentado o conduzido) \_\_\_\_, comigo o escrivão *ad hoc*; passei a qualificar a pessoa da **SEGUNDA TESTEMUNHA** na forma que adiante se segue: \_\_\_\_ (nome) \_\_\_\_, natural de \_\_\_\_ (Município e Estado) \_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_, filho de \_\_\_\_ (nome do pai e da mãe) \_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_ (número da cédula e o órgão expedidor) \_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_, nascido em \_\_\_\_ (data de nascimento) \_\_\_\_, \_\_\_\_ (profissão) \_\_\_\_, \_\_\_\_ (Grau de instrução) \_\_\_\_, residente \_\_\_\_ (endereço) \_\_\_\_\_. **Aos costumes disse:** (NADA ou descrever se possui algum grau de parentesco com o acusado); e após prestar o **compromisso de dizer a verdade** sobre o que fatos e advertido das penas cominadas ao falso testemunho, nos termos dos artigos 343 a 346 do CPM e do disposto no artigo 296, §2 do CPPM, prometeu dizer a verdade do que sabe e o que for perguntado. Inquirido a respeito dos fatos que deram origem ao presente termo **RELATOU QUE:** (descrever as perguntas e respostas, visando elucidar os fatos constantes nos documentos que deram origem ao APFD). E, como nada mais disse, nem lhe foi perguntado, deu-se por encerrado o presente depoimento, às \_\_\_\_ horas. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo Presidente, pela 2ª testemunha e por mim, \_\_\_\_ (rubrica), (nome, Posto ou Graduação) \_\_\_\_ escrivão, que o digitei.

---

Nome completo– Posto do presidente  
Presidente

---

Nome completo - Identificação  
Testemunha

---

Nome completo-Posto/graduação  
Escrivão

## 15.DA INQUIRIÇÃO DO CONDUZIDO

- Muito embora não haja proibição expressa, é mais conveniente que o conduzido seja inquirido por último, quando o condutor, as testemunhas, a vítima e o ofendido tiverem sido ouvidos;
- Antes do início da qualificação e interrogatório, o escrivão deverá ler ao conduzido a portaria e demais documentos que deram origem ao APFD e os nomes do condutor e das testemunhas neles mencionadas;
- Além da leitura obrigatória dos documentos pelo escrivão, é permitido ao conduzido solicitar que lhe seja lido qualquer documento ou trecho dele, desde que relativos ao APFD;
- Se houver mais de um conduzido, cada um será ouvido separadamente;
- O presidente registrará no termo a presença das pessoas que participarão da inquirição, inclusive do defensor;
- Antes de iniciar o interrogatório, o presidente observará ao acusado que, embora não esteja obrigado a responder as perguntas que lhe forem formuladas, o seu silêncio não poderá ser interpretado em prejuízo da própria defesa. As perguntas por ele não respondidas e as razões que invocar para não fazê-lo serão consignadas no termo;
- **O conduzido não prestará compromisso de dizer a verdade, sendo-lhe garantido o direito ao silêncio;**
- Preliminarmente à lavratura do auto, a prisão deve ser comunicada à família do conduzido ou pessoa por ele indicada, bem como deve ser cientificado do direito à assistência de um advogado, conforme incisos LXII e LXIII do art.5º da CF/88.
- Para a qualificação serão solicitados os seguintes dados do conduzido: nome, naturalidade, estado civil, idade, filiação, residência, posto ou graduação, organização bombeiro militar em que serve e se tem defensor;
- Sempre que possível, para cada inquirição o presidente deverá arrolar 02 (duas) testemunhas instrumentais, pessoas que servirão de prova posterior sobre a legalidade do ato;
- O presidente não deve se conformar com a mera confissão do acusado, devendo buscar os motivos e as circunstâncias que envolveram o fato, bem como as pessoas que concorreram para a infração;
- A inquirição é sempre presidida pelo presidente, na qual o conduzido será qualificado e interrogado em ato contínuo, não sendo permitida a intervenção de qualquer outra pessoa;
- O termo de inquirição, ao final, após ser redigido e lido pelo escrivão, deverá ser assinado e rubricado por todos que participaram da audiência.



- Sempre que possível o presidente deverá formular as seguintes perguntas:
  - a) Onde estava no momento da sua prisão? RESPONDEU:
  - b) Conhece a vítima desde? RESPONDEU:
  - c) Tem alguma coisa a alegar contra a vítima? RESPONDEU:
  - d) Conhece as provas apuradas e se tem alguma coisa a alegar a respeito das mesmas, RESPONDEU:
  - e) É verdadeira a imputação que lhe é feita? RESPONDEU:
  - f) Não sendo verdadeira a imputação, sabe de algum motivo particular a que deva atribuí-la ou conhece a pessoa ou pessoas a que deva ser imputada à prática do crime e se com elas esteve antes ou depois desse fato, RESPONDEU:
  - g) Se esta sendo ou já foi processado pela prática de outra infração; onde; foi condenado; qual a pena imposta e se a cumpriu; RESPONDEU:
- Após interrogatório do conduzido, será lhe entregue cópia do termo;
- Quando a pessoa conduzida se recusar a assinar, não souber ou não possa fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por duas testemunhas instrumentárias que presenciaram e ouviram a leitura do referido ato na presença do conduzido.



Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

MODELO DE TERMO DE INQUIRÇÃO DO CONDUZIDO

**TERMO DE QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO**

O preso **NÃO** presta  
compromisso de dizer a  
verdade.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, nesta cidade de \_\_\_\_\_-AL, no \_\_\_\_\_ (local da unidade onde funciona o APFD) \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, onde presentes se achavam \_\_\_\_\_ (posto/graduação, nome, e função ou autoridade militar a quem for apresentado o conduzido) \_\_\_\_\_, comigo o escrivão ad hoc; passei a qualificar a pessoa do **ACUSADO** na forma que adiante se segue: \_\_\_\_\_ (nome) \_\_\_\_\_, natural de \_\_\_\_\_ (Município e Estado) \_\_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_\_, filho de \_\_\_\_\_ (nome do pai e da mãe) \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ (número da cédula e o órgão expedidor) \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_\_\_ (data de nascimento) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (profissão) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (Grau de instrução) \_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_ (endereço) \_\_\_\_\_. Aos costumes disse: \_\_\_\_\_ (descrever) \_\_\_\_\_; e após informar ao acusado direitos constitucionais, dentre os quais temos: \_\_\_\_\_ (*inviolabilidade de sua intimidade, honra e imagem pessoal; não admissão de provas obtidas por meios ilícitos; presunção de inocência até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória; comunicação de sua prisão ao Poder Judiciário, à pessoa de sua família ou a pessoa indicada; permanecer calado, caso assim o deseje; receber nota de culpa, contendo o motivo da prisão, o nome do condutor e o das testemunhas; a assistência de um defensor público, caso não possa pagar um advogado*) \_\_\_\_\_. Interrogado na forma prevista no art. 306 do CPPM, o acusado **RELATOU QUE:** \_\_\_\_\_ (descrever) \_\_\_\_\_. **PERGUNTADO** \_\_\_\_\_ (descrever) \_\_\_\_\_. **RESPONDEU QUE:**

\_\_\_\_(descrever o relato do acusado)-(após o acusado ter prestado todos os esclarecimentos, o Presidente poderá formular perguntas que julgar elucidativas do fato). Como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu-se por findo o presente, às \_\_\_\_\_ horas. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado pela Presidente, acusado e por mim, \_\_\_\_ (rubrica), (nome, Posto ou Graduação)\_\_\_\_\_ escrivão, que o digitei. residente: interrogar o conduzido.

---

Nome completo– Posto do presidente  
Presidente

---

Nome completo– Posto/graduação  
Acusado

---

Nome completo - Identificação  
Testemunha

---

Nome completo-posto/graduação  
Escrivão

## 16.NOTA DE CULPA

- A nota de culpa é o documento que informa ao conduzido a razão de sua prisão e a identidade de quem o prendeu;
- Uma das funções da nota de culpa é garantir o direito constitucional do preso ao conhecimento do autor da prisão, do nome do presidente do auto de prisão em flagrante, das testemunhas, e, bem como, de que está sendo acusado;
- A nota de culpa delimita o tempo máximo que deve durar o auto de prisão em flagrante, que é de vinte e quatro horas, pois é dentro deste período que o presidente deve entregar a nota de culpa ao conduzido. Se não for obedecido este preceito, a autoridade judicial deve relaxar a prisão do acusado por constrangimento ilegal;
- Desse modo, até vinte e quatro horas após a prisão, será dada ao conduzido nota de culpa assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e as das testemunhas, conforme art. 247 do CPPM;
- A nota de culpa, por tudo o que deve conter, constitui documento imprescindível para a defesa do acusado, eis mais um motivo da sua essencialidade, devido ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa. Esclarece-se que o auto de prisão em flagrante delito não é procedimento contraditório, aos moldes do IPM é procedimento inquisitorial, mas que deve ser respeitado todos os direitos legais e constitucionais do acusado;
- O § 1º do art. 247, do CPPM, fala que deve ser extraída em duas vias, sendo o original entregue ao preso, devendo este passar recibo na cópia da nota de culpa, que será anexada aos autos do inquérito. Se o preso não souber, não quiser ou não puder assinar o recibo, há necessidade de que duas pessoas testemunhem a entrega do documento e a recusa do detido;



ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

MODELO DE NOTA DE CULPA

**NOTA DE CULPA**

O (posto, nome do oficial que presidiu o flagrante), Presidente do Auto de Prisão em Flagrante Delito no uso de suas atribuições legais, e na forma da lei, FAZ SABER ao (posto/graduação do conduzido e nome), que se acha conduzido em FLAGRANTE DELITO à disposição de Auditoria Militar, por haver sido flagrado (descrever as circunstâncias em que ocorreu o crime, citando hora, local e etc.), tipificado no art. \_\_\_\_\_ do CPM, estando o acusado à disposição da Justiça. Tendo como condutor o \_\_\_\_\_ e testemunhas \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_.  
. E para sua ciência, determino a entrega da presente NOTA DE CULPA, na forma prevista no art. 247 do CPPM, para que possa tomar as providências que entender de seu interesse, que vai por ele assinada. Eu, \_\_\_\_\_, servindo de Escrivão o digitei.

Quartel em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome completo– Posto do presidente  
Presidente

**Recibo da Nota de Culpa**

Recebi a Nota de Culpa, às \_\_\_\_\_ horas

Maceió/AL, em,\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
CONDUZIDO

Obs.: Caso o conduzido se negue a receber e assinar a cópia da nota de culpa, o presidente confeccionará uma certidão, informando sobre esse fato e colhendo a assinatura de duas testemunhas.

## 17. NOTA DE GARANTIA

- Dentro do Estado Democrático de Direito a prisão é uma exceção. Daí porque só se admite a prisão em flagrante ou por ordem judicial, ressalvadas as transgressões disciplinares, na forma da Constituição.
- De acordo com o art. 5º, inciso LV da Constituição Federal: aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
- A faculdade do acusado de constituir um defensor deverá ser informada no início da instrução processual, especificamente, no interrogatório do conduzido;
- O conduzido, em qualquer fase do APFD, poderá constituir um defensor, desde que apresente ao presidente o respectivo instrumento de procuração;
- A procuração apresentada deverá ser imediatamente juntada aos autos pelo presidente e/ou escrivão;
- Em respeito ao direito de não produzir provas contra si mesmo, é permitido ao conduzido faltar com a verdade, observando os limites impostos pelo exercício de sua defesa, razão pela qual não pode ser punido disciplinarmente e não presta compromisso em sua inquirição;
- Durante a lavratura do APFD não é obrigatória à presença de advogado;
- O conduzido não prestará compromisso de dizer a verdade, sendo-lhe garantido o direito ao silêncio;
- Preliminarmente à lavratura do auto, a prisão deve ser comunicada à família do conduzido ou pessoa por ele indicada, bem como deve ser cientificado do direito à assistência de um advogado, conforme incisos LXII e LXIII do art.5º da CF/88.



Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE NOTA DE GARANTIA**

**NOTA DE GARANTIA**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e \_\_\_\_\_, Eu, \_\_\_\_\_  
(Posto e Nome), Presidente do Flagrante, faço saber ao  
\_\_\_\_\_ (Posto/Graduação e Nome), conduzido por ter cometido, em tese, a  
conduta tipificada no art. \_\_\_\_\_ do CPM, que a Constituição Federal lhe assegura:

1. Permanecer calado, vindo a manifestar-se apenas em juízo;
2. Informar a identidade dos responsáveis pela prisão e de interrogatório (CF/88, art. 5º, LXIV);
3. Comunicar de imediato ao juiz competente que manterá ou relaxará a prisão, conforme a hipótese (CF/88, art. 5º, LXII e LXV);
4. Comunicar sua prisão à pessoa da família ou outra por ele indicado (CF/88, art. 5º, LXII);
5. Assistência de advogado (CF/88, art. 5º, LXIII);
6. O respeito à sua integridade física e moral.

“art. 5º. da CF/88

LXII – a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do conduzido ou à pessoa por ele indicada;

LXIII – o conduzido será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV – o conduzido tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.”

Quartel em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome completo– Posto do presidente  
Presidente

**CIENTE**

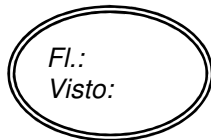
Às \_\_\_\_\_ h do dia \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome-Posto/graduação do  
conduzido

## 18. LAVRATURA DO AUTO

- Apresentado o conduzido ao comandante ou ao oficial de dia, de serviço ou de quarto, ou autoridade correspondente, ou à autoridade judiciária, será, por qualquer deles, ouvido o condutor e as testemunhas que o acompanharem, bem como inquirido o indiciado sobre a imputação que lhe é feita, e especialmente sobre o lugar e hora em que o fato aconteceu, lavrando-se de tudo auto, que será por todos assinado.
- Ocorrendo situação que implique a lavratura do auto de prisão em flagrante delito, o presidente deverá proceder da seguinte forma:
  - a) ouvir o condutor em termo próprio, colhendo, desde logo, sua assinatura, entregando-o cópia do termo, recibo de entrega do conduzido e dispensando-o logo após;
  - b) colher a declaração do ofendido, caso não seja o próprio condutor, e os depoimentos das testemunhas, em peças independentes, colhendo, após cada oitiva, suas respectivas assinaturas e dispensando-os logo após;
  - c) proceder ao interrogatório do conduzido, em termo próprio;
  - d) redigir o auto de prisão em flagrante delito, englobando as peças produzidas;
  - e) em se tratando de menor inimputável, será apresentado, imediatamente, ao juiz de menores. (no meio militar)





ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

MODELO DE TERMO DE AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO

**AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_ , às \_\_\_\_ horas, nesta cidade de \_\_\_\_\_-AL, no Quartel do \_\_\_\_\_ (unidade onde se realiza a APF) \_\_\_\_\_, onde presentes se achavam \_\_\_\_\_ (posto/graduação, nome, e função ou autoridade militar a quem for apresentado o conduzido) \_\_\_\_\_, comigo o escrivão ad hoc; nos termos do art. 1º da Lei federal nº 11.113, de 13.05.2005, aplicável ao processo penal militar, nos termos do art. 3º, alínea “a” do CPP Militar, e após cumpridas as demais formalidades legais, determinou a autoridade militar a lavratura do presente Auto de Prisão em Flagrante Delito em desfavor do \_\_\_\_\_ (acusado) \_\_\_\_\_, desta corporação, em face de haver sido conduzido \_\_\_\_\_ (descrever os fatos) \_\_\_\_\_, infringindo, em tese, os artigos 209 e 290 do Código Penal Militar e art. 33, § 1º, inciso I da Lei 11.343/2006, cientificando dos seus direitos constitucionais transcritos no auto de qualificação e interrogatório, mandando, ao final, juntar os documentos já produzidos e que ficam fazendo parte integrante deste: 1) oitiva do condutor; 2) oitiva das testemunhas; 3) oitiva da vítima e 4) auto de qualificação e interrogatório do conduzido, determinando a imediata expedição Nota de Culpa. Nada mais. Lido e achado conforme, foi concluído este termo às \_\_\_\_ horas, o qual vai devidamente assinado.

\_\_\_\_\_  
Nome completo– Posto do presidente  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Nome completo– Posto/graduação  
Acusado

\_\_\_\_\_  
Nome completo-posto/graduação  
Escrivão

## 19. PERÍCIA

- As perícias têm por objeto os vestígios materiais existentes em torno do fato irregular que se pretende apurar e provar;
- Observando o item anterior, será solicitada a perícia sempre que houver necessidade de esclarecer algum quesito de ordem técnica:

Ex.: Exame de Corpo de Delito;

- Quando não puder ser obtido o "Laudo de Exame de Corpo de Delito", em função da impossibilidade de ser realizado o exame de corpo de delito direto, devido ao tempo decorrido, deverá ser lavrado o "Laudo de Exame de Corpo de Delito Indireto", que conterá depoimentos das pessoas que presenciaram a ocorrência, de acordo com o art. 328 do CPPM;
- Inexistindo perito oficial no órgão oficial de polícia científica, o presidente designará os peritos, preferencialmente, dentre os oficiais da ativa pertencentes à Corporação;
- O perito, quando não de órgão oficial, prestará compromisso de desempenhar a função com obediência à disciplina legal e de responder fielmente aos quesitos propostos pelo presidente e pela defesa;
- O encargo de perito de militar pertencente à Corporação não pode ser recusado, salvo motivo relevante que o designado justificará para apreciação do presidente, sob pena de ser responsabilizado à luz do Regulamento Disciplinar da Corporação;
- Está ainda suscetível a punição disciplinar o perito que, já designado e sem justa causa, não comparecer aos atos relativos à perícia bem como não respeitar os prazos que deve cumprir.



Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE SOLICITAÇÃO DE PERÍCIA**

Ofício nº \_\_\_\_/XX-APFD

Local e data \_\_\_\_\_

Ao Exmo. Sr.

**Fulano de Tal – Diretor da Perícia Oficial do Estado de Alagoas**

Assunto: **SOLICITAÇÃO DE PERÍCIA EM ARMA DE FOGO.**

Nesta,

Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que se digne a autorizar a realização de perícia balística na arma (descrever tipo de arma, se for o caso) pertencente ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, patrimônio Nº \_\_\_\_\_ em virtude da necessidade de maiores esclarecimentos para a solução do AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO, Nº \_\_\_\_\_ instaurado pela portaria Nº \_\_\_\_\_ - OBM e publicada no BGO Nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ em que o Sd. BM, (matrícula e nome) é acusado de ter disparado arma de fogo indevidamente em ambiente sujeito a **jurisdição...(sucinto relato dos fatos que originaram o procedimento).**

No caso em tela, o acusado alega em seu depoimento às fls. \_\_\_\_ que o disparo ocorreu devido a um defeito no sistema de percussão da arma, por outro lado, o armeiro (posto/grad., matrícula e nome) afirma em seu depoimento às fls. \_\_\_\_ que a arma está em perfeitas condições de uso, não possuindo qualquer defeito no mencionado sistema. A perícia, portanto, **objetiva esclarecer se o sistema de percussão da arma possui algum defeito.** Respeitosamente.

Importante deixar claro os pontos que precisam ser analisados pela perícia.

\_\_\_\_\_  
Nome, posto do presidente  
Presidente do APFD



ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE SOLICITAÇÃO DE PERÍCIA**

Ofício nº \_\_\_\_/XX-APFD

Local e data \_\_\_\_\_

Ao Exmo. Sr.

**MÉDICO DE PLANTÃO DO IML/AL**

Nesta,

Assunto: **EXAME DE CORPO DE DELITO.**

Com vistas a instruir o Auto de Prisão em Flagrante Delito, encaminho a V.S.<sup>a</sup>, devidamente escoltado, o militar, \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_ e a vítima, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, ambos desta corporação, a fim de serem submetidos a Exame de Corpo de Delito, solicitando que seja remetido ao Presidente do APFD o Laudo de Exame de Corpo de Delito com a máxima urgência possível.

Atenciosamente.

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do presidente  
Presidente

Nesta data recebi uma cópia do presente Ofício

Maceió/AL, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
MÉDICO DE PLANTÃO



Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE SOLICITAÇÃO DE EXAME DE CONSTATAÇÃO**

Ofício nº \_\_\_\_/XX-APFD

Local e data \_\_\_\_\_

Ao Exmo. Sr.

**NOME DO DIRETOR DA PERÍCIA OFICIAL DO ESTADO DE ALAGOAS**

Nesta,

Assunto: **EXAME DE CONSTATAÇÃO.**

Com vistas a instruir Auto de Prisão em Flagrante Delito, lavrado em desfavor do \_\_\_\_ (nome) \_\_\_\_, encaminho a V.S.<sup>a</sup>, (descrever a substância) a fim de ser realizado o Auto de Constatação, nos termos do art. 50, § 1º da Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006. (Lei de Tóxicos).

Considerando a excepcionalidade do ato, solicito a imediata remessa a esta autoridade do parecer preliminar, para juntada aos autos e posterior envio do Laudo Definitivo.

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do presidente  
Presidente

Atenciosamente

Nesta data recebi uma cópia do presente Ofício

Maceió/AL, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Perito Oficial



Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE AUTO DE EXIBIÇÃO E APREENSÃO**

**AUTO DE EXIBIÇÃO E APREENSÃO**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_, às \_\_\_\_ horas, nesta cidade de \_\_\_\_\_-AL, no Quartel do \_\_\_\_\_ (unidade onde se realiza a APF) \_\_\_\_\_, onde presentes se achavam \_\_\_\_\_ (posto/graduação, nome, e função ou autoridade militar a quem for apresentado o conduzido) \_\_\_\_\_, comigo o escrivão ad hoc ao final assinado, o CONDUTOR, \_\_\_\_\_, e as testemunhas o \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ bastante qualificados nestes autos, o primeiro EXIBIU \_\_\_\_\_ (descrever) \_\_\_\_\_, por ele apreendido em poder do militar ora autuado quando da sua prisão, no que determinou a autoridade a sua apreensão. Nada mais. Lido e achado conforme, foi concluído este termo, o qual vai devidamente assinado.

Ou

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, em virtude, da prisão em flagrante delito do \_\_\_\_\_ (nome do acusado) \_\_\_\_\_, fiz a apreensão de \_\_\_\_\_ (descrever o material do crime) \_\_\_\_\_, do que, para constar, mandei lavrar o presente Auto que assino com as testemunhas \_\_\_\_\_ (relacionar duas testemunhas) \_\_\_\_\_ e com o Escrivão.

\_\_\_\_\_  
Nome completo– Posto do presidente  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Nome completo– Posto/graduação  
Exibidor

\_\_\_\_\_  
Nome completo-posto/graduação  
Escrivão



Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE AUTO DE CONSTATAÇÃO**

**(SOMENTE EM CASO DA IMPOSSIBILIDADE DE SER REALIZADO  
PELO IML)**

**AUTO DE CONSTATAÇÃO**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_ , às \_\_\_\_\_ horas, nesta cidade de \_\_\_\_\_-AL, no Quartel do ( unidade onde se realiza a APF) \_\_\_\_\_, onde presentes achavam-se o \_\_\_\_ ( posto/graduação, nome, e função ou autoridade militar a quem for apresentado o conduzido) \_\_\_\_\_, o escrivão ad hoc ao final assinado e as pessoas convidadas a exercerem a função de PERITOS AD HOC do material apreendido em poder do \_\_\_\_ ( posto/graduação-nome do acusado) \_\_\_\_\_ ora conduzido e autuado em flagrante delito, conforme art. 50, § 2º da Lei nº 11.343, de 23.08.2006, em face da dificuldade de se encaminhar o material ao Instituto de Medicina Legal; para fins de procederem o EXAME DE CONSTATAÇÃO, tendo ambos aceitado o encargo e prometendo, na forma e sob as penas da Lei, desempenhá-lo com zelo e responsabilidade; passei a qualificá-las na forma que adiante que se segue: \_\_\_\_\_ (nome) \_\_\_\_\_, natural de \_\_\_\_\_ (Município e Estado) \_\_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_\_, filho de \_\_\_\_\_ (nome do pai e da mãe) \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ (número da cédula e o órgão expedidor) \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_\_\_ (data de nascimento) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (profissão) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (Grau de instrução) \_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_ (endereço) \_\_\_\_\_; e \_\_\_\_\_ (nome) \_\_\_\_\_, natural de \_\_\_\_\_ (Município e Estado) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (estado civil) \_\_\_\_\_, filho de \_\_\_\_\_ (nome do pai e da mãe) \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ (número da cédula e o órgão expedidor) \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_\_\_ (data de nascimento) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (profissão) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (Grau de instrução) \_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_ (endereço) \_\_\_\_\_. Em seguida a autoridade apresentou aos PERITOS AD HOC, \_\_\_\_\_ (descrever o material- substância) \_\_\_\_\_, apreendido em

poder do\_\_(nome do acusado)\_\_ quando da sua prisão. De posse do material que lhes foi entregue os senhores PERITOS AD HOC verificaram minuciosamente a substância e sem quaisquer dúvidas, afirmaram categoricamente que se tratava de \_\_(descrever)\_\_. Nada mais havendo, deu-se por findo este termo, que lido e achado conforme, foi concluído este termo às \_\_\_\_ horas, o qual vai devidamente assinado.

---

Nome completo– Posto do presidente  
Presidente

---

Nome completo– Posto/graduação  
Perito ad hoc

---

Nome completo– Posto/graduação  
Perito ad hoc

---

Nome completo-posto/graduação  
Escrivão

**NOTA:** Este laudo de constatação somente será feito diante de dificuldades para se encaminhar o (material) ao IML em face do tempo para a conclusão do flagrante.



## 20.COMUNICAÇÕES

- As notificações para a prática de atos ou seu conhecimento no curso do APFD poderão ser feitas pelo escrivão à defesa, testemunhas e peritos;
- Para efeitos de comprovação posterior, as notificações deverão ser preferencialmente realizadas via ofício, contudo, em caso de dificuldades, o presidente poderá efetuar as notificações também por meio de carta, telegrama, fax ou comunicação telefônica, bem como pessoalmente, se estiverem presentes em seção de trabalho do APFD, o que será certificado nos autos;
- A notificação de militar em situação de atividade, ou assemelhado, ou de funcionário lotado em repartição militar, será feita por intermédio da autoridade a que estiver subordinado;
- O acusado que estiver conduzido deverá obrigatoriamente receber as notificações acerca dos atos processuais que sua presença for necessária, independentemente da existência de defensor;



ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE COMUNICAÇÃO AO JUIZ**

Ofício nº \_\_\_\_/XX-APFD

Local e data \_\_\_\_\_

Ao Exmo. Sr. Juiz

**NOME DO JUIZ AUDITOR MILITAR OU JUIZ PLANTONISTA**

Nesta,

Assunto: PRISÃO EM FLAGRANTE.

Comunico a V.Ex.<sup>a</sup> que encontra-se à disposição dessa Auditoria de Justiça Militar do Estado o \_\_\_\_ (posto/graduação e nome do acusado)\_\_\_\_, encontrando-se recolhido \_\_\_\_ (local)\_\_\_\_, o qual foi autuado em flagrante delito, acusado da prática, em tese, dos crimes previstos nos artigos\_\_\_\_.do CPM;

Em anexo segue cópia integral dos autos, adiantando que cópia idêntica foi remetida a Corregedoria Geral desta Corporação para instauração de Inquérito Policial Militar, conforme previsto no *caput* do art. 20, do CPPM.

Respeitosamente,

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do presidente  
Presidente

Nesta data recebi uma cópia do presente Ofício com os autos

Maceió/AL, em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Recebedor



ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE COMUNICAÇÃO AO PROMOTOR DE JUSTIÇA**

Ofício nº \_\_\_\_/XX-APFD

Local e data \_\_\_\_\_

Ao Exmo. Sr. Promotor de Justiça da AJME

**NOME DO PROMOTOR DE JUSTIÇA**

Nesta,

Assunto: PRISÃO EM FLAGRANTE.

Informo a V.S.<sup>a</sup> que o \_\_\_\_ (posto/graduação nome do conduzido) \_\_\_\_, desta corporação, foi conduzido e autuado em flagrante delito, acusado da prática, em tese, dos crimes previstos nos \_\_\_\_\_ do CPM, encontrando-se recolhido no \_\_\_\_ (local) \_\_\_\_, desta corporação à disposição da Justiça Militar.

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do presidente  
Presidente

Nesta data recebi uma cópia do presente Ofício

Maceió/AL, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
PROMOTOR DE JUSTIÇA



Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE COMUNICAÇÃO A DEFENSORIA PÚBLICA**

Ofício nº \_\_\_\_/XX-APFD

Local e data \_\_\_\_\_

Ao Exmo. Sr. Chefe da Defensoria Pública Estadual

**NOME DO CHEFE DA DEFENSORIA PÚBLICA**

Nesta,

Assunto: PRISÃO EM FLAGRANTE.

Nos termos da Lei nº 11.449, de 15 de janeiro de 2007, em sintonia com o art. 3º, alínea a do CPPM e art. 5º, LXII, da Constituição Federal, e considerando que o militar autuado não informou a esta autoridade o nome do Advogado que deverá atuar em sua defesa, comunicamos a V. Ex.<sup>a</sup>, que o \_\_\_\_ (posto/graduação nome do conduzido) \_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_, desta corporação, foi conduzido e autuado em flagrante delito como incurso, em tese, nas penas do \_\_\_\_\_ Código Penal Militar, encontrando-se recolhido no \_\_\_\_ (local) \_\_\_\_, desta corporação à disposição da Justiça Militar.

Respeitosamente

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do presidente  
Presidente

Nesta data recebi uma cópia do presente Ofício

Maceió/AL, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
DEFENSORIA PÚBLICA

**NOTA: Este ofício somente será feito se o conduzido se negar a informar o nome do seu advogado.**



ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE COMUNICAÇÃO A FAMÍLIA**

Ofício nº \_\_\_\_/XX-APFD

Local e data \_\_\_\_\_

Ao Exmo. Sr.

**NOME DE QUEM O CONDUZIDO INDICAR**

Nesta,

Assunto: **PRISÃO EM FLAGRANTE.**

Comunicamos a V.S.<sup>a</sup> que é da vontade do \_\_\_\_ (Posto/Graduação do conduzido) \_\_\_\_, desta corporação informar que se encontra recolhido ao \_\_\_\_\_.

Adianto-vos que o referido militar foi autuado em flagrante delito, em face de haver sido flagrado \_\_\_\_ (descrição do fato) \_\_\_\_ tipificado no artigo \_\_\_\_\_ do CPM.

Esclarecemos que o mesmo poderá receber visitas dos familiares no horário compreendido \_\_\_\_\_ nos \_\_\_\_ (dias) \_\_\_\_, nesta Unidade Militar e de seus advogados na forma prevista no Estatuto dos advogados.

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do presidente  
Presidente

CIENTE, em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
DESTINATÁRIO  
Endereço da família.



ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE COMUNICAÇÃO AO COMANDANTE DE GBM**

Ofício nº \_\_\_\_/XX-APFD

Local e data \_\_\_\_\_

Ao Exmo. Sr.

**NOME DO COMANDANTE DA UNIDADE**

Nesta,

Assunto: **INFORMAÇÃO - PRISÃO EM FLAGRANTE.**

Informo a V.S.<sup>a</sup> que o \_\_\_\_ (posto/graduação do militar  
conduzido) \_\_\_\_, dessa OBM, foi autuado em flagrante delito, em face de haver  
sido flagrado \_\_\_\_ (descrição do fato) \_\_\_\_ tipificado no art. \_\_\_\_ do CPM,  
encontrando-se recolhido \_\_\_\_ (local) \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do presidente  
Presidente

Nesta data recebi uma cópia do presente Ofício

Maceió/AL, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Comandante da OBM



ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE COMUNICAÇÃO AO COMANDANTE DE GBM**

Ofício nº \_\_\_\_/XX-APFD

Local e data \_\_\_\_\_

Ao Exmo. Sr.

**NOME DO COMANDANTE DA UNIDADE**

Nesta,

Assunto: **SOLICITAÇÃO**

Solicito a V.S.<sup>a</sup>, a ficha disciplinar do \_\_\_\_ (posto/graduação do militar conduzido) \_\_\_\_, foi autuado em flagrante delito, em face de haver sido flagrado \_\_\_\_ (descrição do fato) \_\_\_\_ tipificado no art. \_\_\_\_ do CPM, encontrando-se recolhido \_\_\_\_ (local) \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do presidente  
Presidente

Nesta data recebi uma cópia do presente Ofício

Maceió/AL, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Comandante da OBM



ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE COMUNICAÇÃO AO CORREGEDOR GERAL**

Ofício nº \_\_\_\_/XX-APFD

Local e data \_\_\_\_\_

Ao Exmo. Sr.

**NOME DO CORREGEDOR GERAL**

Nesta,

Assunto: **INFORMAÇÃO - PRISÃO EM FLAGRANTE.**

Informo a V.S.<sup>a</sup> que o \_\_\_\_ (posto/graduação do militar conduzido), pertencente ao \_\_\_\_ (OBM), foi autuado em flagrante delito, em face de haver sido flagrado \_\_\_\_ (resumo do fato) tipificado no art. \_\_\_\_ do CPM, encontrando-se recolhido \_\_\_\_ (local).

Informamos ainda que encaminhamos cópia integral do Auto de Prisão em Flagrante à Auditoria Militar Estadual, nos termos do art. 5º, inciso LXII da CF/88, combinado com o art. 251 do CPPM.

Atenciosamente

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do presidente  
Presidente

Nesta data recebi uma cópia do presente Ofício

Maceió/AL, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Corregedor Geral

**IMPORTANTE:** Em caso do flagrante ser lavrado em dia não útil, o APFD deverá ser encaminhado à Auditoria Militar para ser protocolado no Plantão do Fórum local.





ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE AUTO DE DEPÓSITO**

**AUTO DE DEPÓSITO**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, nesta cidade de \_\_\_\_\_-AL, no Quartel do \_\_\_\_ (unidade onde se realiza a APF) \_\_\_\_\_, onde presentes se achavam \_\_\_\_ (posto/graduação, nome, e função ou autoridade militar a quem for apresentado o conduzido) \_\_\_\_\_, comigo o escrivão ad hoc ao final assinado, considerando que, o Médico de Plantão do Instituto Médico Legal devolveu \_\_\_\_ (objeto, substância) \_\_\_\_\_, determino o seu depósito no \_\_\_\_ (local) \_\_\_\_\_, onde deverá permanecer sobre a custódia do \_\_\_\_ (posto/graduação) \_\_\_\_\_, até \_\_\_\_ (quando/data) \_\_\_\_\_, ocasião que será entregue, juntamente com os autos, a Auditoria Militar para as providências complementares. Dando o depósito por feito, deu-se por findo o presente termo às \_\_\_\_\_ horas. Nada mais. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do presidente  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto/graduação  
Depositário

## 21. RELATÓRIO DO PRESIDENTE

- Compete ao Presidente do APFD a realização de um relatório sucinto do fato que ensejou a prisão em flagrante delito (precisando dia, hora e local do evento, as pessoas ouvidas, as diligências realizadas e os resultados obtidos), devendo ser elaborado, preferencialmente, com o APFD já devidamente montado para facilitar a sua feitura;
- O relatório deverá conter as seguintes partes: introdução, diligências realizadas, parte expositiva e parte conclusiva;
- Na introdução deverá constar o preenchimento dos seguintes campos relativos à identificação do processo: dados da autoridade instauradora, do presidente, do condutor, do escrivão, do objeto (fatos a serem apurados) e da portaria e documentos que originaram o APFD;
- Nas diligências realizadas deverão constar todos os atos praticados no APFD para a elucidação do(s) fato(s) investigado(s), como: ofícios emitidos e recebidos, solicitações de perícias, inquirições, solicitação e juntada de ficha disciplinar, etc.;
- Na Parte Expositiva o presidente fará um resumo histórico do que ocorreu nos autos. Entretanto, deve se preocupar com o que ocorreu de importante no APFD, devendo se abster de fatos periféricos ou irrelevantes. Nesta parte, o presidente deverá constar também que ao militar conduzido foram garantidos todos os direitos relativos à ampla defesa e ao contraditório;
- Na parte Conclusiva o presidente realizará uma discussão sobre os fatos e os direitos envolvidos, tendo por base tudo o que foi apurado nos autos, expondo no final o seu parecer.
- O relatório será encerrado com a data e assinatura do presidente;
- Por fim, convém salientar que os instrumentos do crime e os objetos que sirvam como provas acompanham os autos, quando encaminhados à Auditoria Militar.



Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

Dados relativos à identificação do processo: autoridade, encarregado, acusado, objeto de apuração, etc.

MODELO DE RELATÓRIO

RELATÓRIO

O encarregado fará minucioso relatório resumindo as peças principais dos autos e mencionando as provas que se baseou para firmar a sua convicção.

I. INTRODUÇÃO

Vistos os fatos e fundamentos jurídicos constantes no Auto de Prisão em Flagrante Delito, verifica-se que: Os fatos transcorreram da seguinte maneira: Consta que em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, por volta das \_\_\_\_ horas, no \_\_\_\_ (Local) \_\_\_\_, o \_\_\_\_ (dados do conduzido) \_\_\_\_, de \_\_\_\_ OBM) \_\_\_\_, \_\_\_\_ (delito cometido) \_\_\_\_, sendo-lhe dado voz de prisão em flagrante delito pelo \_\_\_\_ (dados do condutor) \_\_\_\_, onde apresentado à esta autoridade de Polícia Judiciária Militar, determinei a lavratura deste respectivo auto. O condutor em suas declarações relatou que: \_\_\_\_ (descrever os fatos importantes) \_\_\_\_; A 1ª Testemunha declarou que: \_\_\_\_ (descrever os fatos importantes) \_\_\_\_; A 2ª Testemunha declarou que: \_\_\_\_ (descrever os fatos importantes) \_\_\_\_; O acusado declarou que: \_\_\_\_ (descrever os fatos importantes) \_\_\_\_; O Laudo de exame pericial \_\_\_\_, elaborado no \_\_\_\_ (onde fora elaborado) \_\_\_\_, constatou que: \_\_\_\_ (conclusão) \_\_\_\_.

II. DILIGÊNCIAS REALIZADAS

Todos os atos praticados no APFD para a elucidação do(s) fato(s) investigado(s): ofícios emitidos e recebidos, solicitações de perícias, inquirições, solicitação e juntada de ficha disciplinar, etc.

Com o objetivo de reunir todos os fatos possíveis para a elucidação da irregularidade em pauta, este presidente houve por bem diligenciar conforme despacho de fls. \_\_\_\_ (se houver), expedindo os seguintes

ofícios: (citar os destinatários e providências solicitadas; citar outros despachos e diligências, se houver).

### III - PARTE EXPOSITIVA

Resumo histórico do que ocorreu nos autos. Deverá constar também que ao preso foram garantidos todos os direitos relativos à ampla defesa e ao contraditório;

Em torno do fato e a fim de ficarem esclarecidas suas circunstâncias e os responsáveis pela irregularidade em causa, foram ouvidas como testemunhas as seguintes pessoas: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, e \_\_\_\_\_ como se vê dos documentos de fls \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_.

Além da inquirição das testemunhas mencionadas, providenciou-se no sentido de serem juntados aos autos os seguintes documentos (e/ou provas materiais) \_\_\_\_\_, e \_\_\_\_\_, constantes das fls. \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_.(se for o caso).

### IV - PARTE CONCLUSIVA

Discussão sobre os fatos e os direitos envolvidos no processo, baseado em tudo o que foi apurado nos autos, expondo no final o seu parecer.

Da análise de todas as peças que compõem o presente APFD, chega-se à conclusão de que o fato em apuração passou-se da seguinte forma: (descrever as conclusões obtidas em decorrência dos depoimentos, provas e diligências coligidos nos autos).

Pelo que resultou apurado no Laudo de Exame Pericial, bem como nos termos de inquirições, chega-se à conclusão que da conduta do militar conduzido(nome, posto ou graduação), conforme\_\_\_\_\_. (sua própria confissão, ou depoimentos, etc., de fls \_\_\_\_\_), concluo que há materialidade do crime de \_\_\_\_\_, tendo como autoria o \_\_\_\_\_, conduzido, sendo ele o autor de todo o ilícito apresentado.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do presidente  
Presidente

## 22. TERMO DE ENCERRAMENTO

- Findo o relatório elaborado, com um termo de encerramento o presidente atestará a conclusão dos trabalhos de apuração;
- Deverá constar a data e a assinatura do presidente;
- Será a última folha rubricada e numerada no canto superior direito.
- Os autos deverão ser remetidos à Corregedoria Geral do CBMAL com o termo de encerramento dentro do prazo processual previsto no CPPM.



Fl.:  
Visto:

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE TERMO DE ENCERRAMENTO**

**TERMO DE ENCERRAMENTO**

Atesta a conclusão  
dos trabalhos.

Aos \_\_\_\_ dias do mês \_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_, nesta cidade \_\_\_\_, no quartel do (a) \_\_\_\_, encerro os trabalhos atinentes ao presente AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO, do que, para constar, lavrei o presente termo.

\_\_\_\_\_  
Nome completo – Posto do presidente  
Presidente

## 23. OFÍCIO DE REMESSA

- O processo deverá ser remetido via ofício à **Corregedoria Geral** do CBMAL para adoção das providências de estilo;
- O ofício de remessa deverá conter a identificação do processo, o número de folhas, data e assinatura do presidente.
- Deverá ser feita a remessa imediata do APFD, contendo um breve relatório da autoridade policial militar. No caso de dependência de diligência de exame de corpo de delito, de busca e apreensão dos instrumentos do crime ou de qualquer outra ação necessária ao seu esclarecimento, a remessa poderá ser postergada até, no máximo, cinco dias.
- O APFD deverá ser encaminhado à Auditoria Militar da Circunscrição Judiciária Militar (CJM) respectiva.



ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

**MODELO DE OFÍCIO DE REMESSA DOS AUTOS AO JUIZ**

Ofício nº \_\_\_\_/XX-APFD

Local e data \_\_\_\_\_

Ao Exmo. Sr. Juiz de Direito da 13ª Vara Criminal da Capital/Auditoria Militar

**NOME DO JUIZ DE AUDITOR**

Nesta,

Assunto: PRISÃO EM FLAGRANTE

Anexo: **Anexo: Autos com \_\_\_\_\_ folhas**

Deve conter a  
identificação do  
processo, o número  
de folhas, data e

Venho por meio deste, enviar a V. Ex.<sup>a</sup>, os **Autos de Prisão em Flagrante Delito** devidamente conclusos, em que foi indiciado o \_\_\_\_ (nome do conduzido)\_\_\_\_, por cometer crime militar.

\_\_\_\_\_  
Nome completo – CEL BM  
Comandante Geral Do CBMAL



## O APFD E O PAPEL DA CORREGEDORIA

A Corregedoria Geral do CBMAL encontra suas atribuições institucionais previstas na Lei n.º 7.444, de 28 de dezembro de 2012 (Lei de Organização Básica):

"art. 13. A Corregedoria Geral do Corpo de Bombeiros Militar é o órgão de direção presidente da ***orientação, fiscalização e correção dos procedimentos relativos à apuração das transgressões disciplinares*** e das infrações penais militares dos Bombeiros Militares, promovendo-lhes, ainda, a responsabilidade funcional e disciplinar."

Durante toda a fase de instrução, quando procurada a Corregedoria busca orientar os presidentes de APFD a adotarem os procedimentos corretos e mais eficientes sempre que surgem dúvidas processuais.

Desta forma, por existir muitas dúvidas sobre o tema, orientamos aos presidentes que os ritos e os prazos a serem seguidos serão os mesmos contidos no Código de Processo Penal Militar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em verdade, nossa missão como órgão consultivo não se encerra com fim do APFD ou dos procedimentos correlatos, também é dever desta diretoria a função permanente de ensino e orientação a todos os bombeiros militares das lições relativas à disciplina no seio desta Corporação, por entender que, quanto mais fortalecida a disciplina, melhor será a saúde orgânica da instituição militar e o bem-estar dos seus integrantes.

Objetivando a prática desta tarefa pedagógica e preventiva, esta Corregedoria Geral, através de seus abnegados integrantes, tem buscado diuturnamente se aperfeiçoar, e hoje, certamente, na materialização dessa cartilha de orientação, galgamos mais um degrau importante na missão de divulgar o conhecimento.

Contudo, a exemplo das diversas áreas do saber humano, o conhecimento é algo dinâmico, e ressaltamos que este trabalho não é e nem tem a pretensão de ser uma obra acabada, motivo pelo qual projetamos sua continuidade e melhoria através de futuras edições.

À medida que novas legislações referentes ao tema forem surgindo no cenário jurídico estarão sendo incorporadas às próximas edições. Além das revogações normativas, críticas e sugestões poderão ser apresentadas pelos leitores à Corregedoria Geral do CBMAL e serão sempre bem vindas e analisadas de forma atenciosa. Nosso verdadeiro intento é que possam integrar o corpo das futuras cartilhas e melhorar a qualidade da obra.

Ademais, a Corregedoria Geral do CBMAL, cumprindo seu dever institucional, encontra-se de portas abertas para as eventuais dúvidas que possam surgir sobre algum procedimento presente na cartilha assim como sobre aqueles aqui não previstos.

26 de fevereiro de 2014.

CEL BM **Antoney** Freitas dos Santos  
Corregedor Geral do CBMAL